



Diário da Sessão n.º 085 de 24/11/99

Presidente: Vamos então dar continuidade à nossa ordem do dia "**Acréscimo ao Salário Mínimo Nacional**".

Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez estamos nesta tribuna para apresentar e iniciar a discussão dum Projecto de Decreto Legislativo Regional que tem por epígrafe o acréscimo ao salário mínimo nacional.

Eu mencionei mais uma vez, porque já foram várias vezes que a Representação Parlamentar do PCP trouxe a este Parlamento e a esta Tribuna, uma proposta no sentido de compensar um pouco, os trabalhadores que menos ganham, na Região Autónoma dos Açores, pelo facto de viverem e trabalharem nesta Região e pelo facto de há muito ter sido reconhecido que o custo de vida nos Açores é superior àquilo que se passa no Continente.

Pensamos que o projecto que apresentamos é uma solução quantitativamente mínima mas no sentido de se procurar fazer alguma justiça.

No projecto que agora apresentamos procuramos ter em conta a realidade económica da Região Autónoma dos Açores e por isso mesmo consideramos que este projecto tem todas as possibilidades, ao ser aprovado, de poder ser executado sem criar quaisquer anomalias no desenvolvimento da economia da Região.

Entendemos que este acréscimo é o primeiro passo no sentido de se fazer justiça remuneratória àqueles que menos ganham na Região Autónoma dos Açores.



A economia desta Região necessita de regras específicas que façam diminuir os custos financeiros das empresas, que limitem os custos económicos acrescidos, gerados pela insularidade, e que possibilitem que esta economia regional possa sobreviver no espaço económico alargado em que está integrada.

A aprovação de uma adaptação do sistema fiscal, o ano passado, que prevê uma redução de 30% no IRC, constituiu uma medida que dava a clara indicação de se querer contribuir para uma redução de encargos nas empresas. Os órgãos de Governo próprio desta Região, têm porém obrigação político-constitucional de encarar o problema do desenvolvimento, não só pela óptica das empresas, mas também pela óptica dos trabalhadores.

Este conjunto de visões obriga a que se procure contribuir simultaneamente para a viabilização das empresas e para a dignificação de quem trabalha.

Não é viável, em nosso entender, qualquer processo de desenvolvimento socialmente válido, sem que se trabalhe progressivamente para a correcção do grave desvio negativo que afecta os salários dos trabalhadores por conta de outrém na Região Autónoma dos Açores.

Ao introduzirmos esta inovação legislativa, consideramos que estamos a contribuir para a criação de um quadro de equilíbrio e de justiça, perfeitamente urgente e indispensável, face às especificidades regionais.

Neste momento, temos em cima da mesa o nosso Projecto de Decreto Legislativo Regional e uma parte da Proposta do Governo que é coincidente com a nossa, no que diz respeito à fixação do acréscimo de 5% em relação ao ordenado mínimo nacional.

Sendo assim, acreditamos que desta vez estão criadas todas as condições para que, efectivamente, os trabalhadores que menos ganham na Região Autónoma dos Açores, os trabalhadores que apenas têm o salário mínimo nacional,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

venham a ter esta pequena compensação, repito, que segundo o nosso projecto é de 5%, sobre o valor fixado na lei para o ordenado mínimo nacional.

Como disse há pouco, entendemos que esta proposta é comedita, teve como principal objectivo que não houvessem quaisquer convulsões sociais em relação à sua aplicação e à sua execução.

Por outro lado, não nos restam quaisquer dúvidas, no que diz respeito à capacidade que esta Assembleia tem de legislar sobre esta matéria em função daquilo que permite a autonomia constitucional e de acordo com aquilo que está estatuído no próprio Estatuto da Região Autónoma dos Açores.

Por isso mesmo, e como disse, apesar de já por várias vezes esta matéria ter sido aqui presente, acreditamos que finalmente, estão criadas as condições, para que possa ser implementado este pequeno acréscimo ao salário mínimo nacional, na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral para uma intervenção.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando há um ano atrás, aprovámos nesta Casa, a despenalização fiscal, foi entendimento do PSD, assim como de outros partidos desta Assembleia, que imediatamente se deveria avançar para um sistema de justiça remuneratória que compensasse todos os restantes trabalhadores que não eram abrangidos por aquele diploma, que eu referi anteriormente.

Nessa medida pretendia-se que todos os trabalhadores, da Região Autónoma dos Açores, públicos, privados, da administração regional, administração local e das empresas, fossem contemplados com um complemento remuneratório que pudesse de alguma forma - porque também temos consciência que a justiça é sempre algo de utópico, que se pretende



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

prosseguir, dificilmente se consegue atingir, mas que se deve caminhar nesse sentido - caminhar no sentido de se fazer justiça aos trabalhadores que não foram abrangidos pela despenalização fiscal.

A única forma de abranger os trabalhadores das empresas privadas é, naturalmente, através do salário mínimo nacional.

É impossível a esta Assembleia, intervir de outra forma, nos acordos colectivos e nas tabelas salariais, das empresas privadas.

Contudo, através de um acréscimo ao salário mínimo estamos certos que haverá um efeito induzido em todos os escalões remuneratórios das empresas privadas e dessa forma todos os trabalhadores das empresas privadas, serão abrangidos.

Da nossa parte, e como já disse há pouco, 5% poderá não ser o valor ideal, mas é o valor possível.

Temos que ter em consciência o tecido económico e empresarial que temos, pois é um tecido que não é robusto ao ponto de conseguir acomodar acréscimos muito superiores a este, mas também temos consciência que é suficientemente forte para acomodar 5% de acréscimo ao salário mínimo, até porque também, o número de trabalhadores que se encontram nessa situação é, efectivamente, diminuto percentualmente em relação a todos os restantes.

Portanto nessa medida o PSD vota, naturalmente, favoravelmente, a proposta que acabou de apresentar em conjunto com o PCP e com o PP.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputada Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria pedir alguns esclarecimentos à Sra. Deputada Berta Cabral, pois na sua intervenção não percebi se quem pagaria o salário mínimo seriam as



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

empresas privadas, ou se seria uma proposta que o PSD fez aqui na Assembleia, no dia 12 de Setembro de 1997, em que disse o seguinte: "a nossa proposta vai no sentido de ser o centro de gestão financeira da segurança social a suportar esse acréscimo salarial, que será facilmente controlado, na medida em que através das folhas de remunerações entregues mensalmente nos próprios Centros de Prestações Pecuniárias, o Governo ficará com todos os mecanismos de controlo sobre essas despesas que as empresas irão ter".

Se mudaram de opinião, por que é que mudaram?

Há um mês, numa entrevista em directo que eu e a Deputada Berta Cabral tivemos, a Deputada Berta Cabral continuava a dizer que o salário mínimo ia ser aprovado, mas os empresários estivessem "descansadinhos da vida", pois não iriam pagar esse salário mínimo.

Gostaria de saber se de há um mês para cá mudou alguma coisa, para mudarem de opinião.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Augusto Élavai:

Antes de mais eu queria rectificar uma questão, pois o PSD não aprova uma proposta conjunta, porque de facto esta proposta é só do PCP, não houve alterações.

É apenas uma rectificação...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É um lapso!

A Oradora:... porque eu de facto estava a fazer confusão com a proposta que vamos votar a seguir, em relação à alteração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em relação à questão em concreto, ainda ontem expliquei isso, talvez o Sr. não tenha estado atento, mas volto a explicar com todo o gosto.

Há um ano atrás incumbiu-nos o Governo...

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): Incumbiu a Assembleia!

A Oradora: Desculpe, mas a Assembleia incumbe o Governo.

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): Está a querer dizer, com a abstenção do PSD, o Grupo Parlamentar do PS e do PCP ouviram o Governo!

(Apartes inaudíveis das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Srs Deputados permitam que a Sra. deputada Berta Cabral continue.

A Oradora: Desculpe, Sr. Presidente mas eu penso que os Srs. Deputados e o Governo dormiram muito mal esta noite...

(Risos da Bancada do PSD).

...com a excitação que vai logo de manhã, precisamente numa proposta que até estão de acordo que é do PC, parece-me que as coisas não correram muito bem.

Mas vamos ao que importa.

Esta Assembleia, quer o Governo goste, quer não, tem de facto competência para incumbir o Governo e incumbiu o Governo de estudar a possibilidade de encontrar uma forma do salário ser acrescido através de deduções à taxa única da segurança social.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não sei se o Governo fez alguns esforços nesse sentido, a verdade é que eu não conheço e pergunto ao Sr. Secretário Regional, que acaba de sair da Sala...

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): Eu ainda não saí!

A oradora:...se fez algum esforço, se fez algum contacto, se tomou alguma iniciativa no sentido de compensar os empresários, através de uma menor taxa de desconto para a segurança social.

Só ao Governo caberia fazer isso! Só ao Governo!

Porém o PSD chegou a pôr a hipótese de fazer uma alteração ao diploma, fazendo repercutir estes aumentos no orçamento regional, através de transferências do orçamento regional para a segurança social.

E se os Srs. insistem muito, nós podemos apresentar essa proposta.

(Apartes inaudíveis das bancadas do PS e Governo).

A Oradora: Só que também lhe posso dizer que feitas as contas...

Deputada Deputado Augusto Élavai (*PS*): Não precisa, nós já percebemos!

A Oradora: ... e por sinal na Câmara do Comércio, o valor em causa era, realmente, irrisório, e como era irrisório não fazia sentido criar uma burocracia adicional, nos serviços da administração regional, pois teriam que controlar os descontos diferentes para a segurança social, teriam que fazer encontro de contas com a segurança social, teriam que fazer transferências do orçamento para o orçamento da segurança social. Isso, de facto, criava uma burocracia adicional que não havia necessidade, porque estavam em causa menos de duzentos mil contos.

Portanto, se o nosso tecido empresarial não acomoda isso, muito mal estamos.



Mas, como todas as últimas declarações, quer do Sr. Secretário da Economia, quer da Câmara do Comércio, são no sentido de que o tecido empresarial regional, até está com alguma folga económica, não nos pareceu correcto introduzir essa alternativa, essa alteração à proposta, de forma a não penalizar ainda mais o funcionamento já pesado de uma administração regional. Essa é que é a questão. Não houve alteração de opinião.

(Risos do Deputado Dionísio Sousa)

Se consideram assim tão importante até podemos apresentar a proposta. Agora, o Governo é que vai ter que dizer, se está interessado em pagar mais duzentos mil contos ou menos duzentos mil contos.

Não é nada difícil é uma questão de notas de crédito e notas de débito entre a administração regional e a segurança social, entre os empresários e a segurança social. Isto funciona mais ao menos como o IVA, há a haver e há a receber. Não é nada que não se faça, não é nada complicado e o Governo é que terá que fazer a regulamentação disso.

Portanto, não nos preocupamos com isso, essa questão é muito simples.

A verdade é que tendo em conta uma certa "expansão económica" não vimos necessidade de estar a passar isso para o orçamento regional.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputada Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já percebi que afinal houve uma troca de papéis, aquilo que se tinha dito, não se disse, isto é que era uma proposta feita pelo PCP.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Grande confusão vai nessa cabeça!



O Orador: Desculpe, foi a Deputada Berta Cabral que disse, não fui eu.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não estamos a discutir o salário mínimo!

Não sabe o que é que estamos a discutir?

O Orador: Foi a Deputada Berta Cabral que disse que era uma proposta feita pelo PCP, por isso eu fiz a intervenção que fiz.

Por outro lado, se houve uma troca de papéis, já percebi que primeiro fazem as promessas e depois as contas.

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Exactamente!

O Orador: Primeiro achavam que aquilo era bom, depois de feitas as contas era irrisório.

Também já percebi que o PSD é pressionado pelos acontecimentos, cria-se uma proposta de remuneração complementar, já tem algumas alterações, isto é, pressionado pelos acontecimentos, tentam desesperadamente preencher um vazio de ideias com propostas de alteração.

Percebi ainda que no PSD, com aquele debate interno que lá deve haver, deve ser mais ou menos como uma telenovela brasileira, mas que agora passou a telenovela mexicana, isto é, com dobragens, com tudo.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD).

O Orador: Porquê? Porque aquilo que um diz, não é aquilo que o outro diz em voz "off", isto é a interpretação é feita "a posteriori" e aquilo que nós pensávamos que tínhamos percebido não é aquilo que depois se passa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Ela deve ser espanhola, porque nós agora é que não estamos a perceber nada!

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira coisa que eu quero dizer é que não entro neste tipo de discussão.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

A oradora: Isto é de uma baixaria, que não acho que a Assembleia saia dignificada com este tipo de discussão.

Isto é do tipo de ontem: páre, escute e olhe!

Sr. Deputado, páre, escute e olhe!

Deputado Jorge Valadão (PSD): E pense!

A Oradora: E pense! Que também faz muita falta às vezes.

(Risos da bancada do PSD).

O que é que quer que saia desta discussão? O que é que quer deste tipo de argumentos? O que é que quer com esse tipo de conclusões?

Quer que a Assembleia saia daqui de rastos?

Quer fazer o jogo do Governo?

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não se esforce mais!

A Oradora: Quer que a Assembleia seja vista, perante os olhos das pessoas, como quem discute telenovelas brasileiras ou mexicanas?

É isso que o Sr. quer?

Eu como Deputada não quero! Eu como Deputada não entro nessa discussão!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputada Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Deputada Berta Cabral perguntou-me o que é que eu quero com esta discussão.

O que eu quero já consegui, isto é, mostrar que o PSD não tinha propostas, mostrar que o PSD tinha só uma proposta de remuneração complementar, mostrar que o PSD é pressionado pelos acontecimentos que preenchem o vazio de ideias com a proposta de alteração.

Foi isso que eu quis mostrar e o PSD mostrou.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS e Governo.)

Presidente: Vamos então retomar as intervenções. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência, para apresentar a proposta do Governo, no que se refere ao acréscimo ao salário mínimo.

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Governo gostaria de dizer algumas coisas sobre a proposta que, tempestivamente, apresentou sobre esta matéria e ao que julgo saber, por informação que tive, estamos a discutir as duas propostas que existem sobre esta matéria, iguais por sinal, a primeira do PCP a segunda do Governo.

O Governo Regional dos Açores, tal como prometeu a esta Assembleia, apresentou uma proposta sobre um quadro global que, no seu entender, estava



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

em causa, ou seja, compensar os custos de insularidade no final de um processo que começou a ser feito, quer com a baixa de uma série de preços de mercado, nomeadamente tarifas de energia eléctrica, preços de transportes, preços de jornais livros e revistas, que depois prosseguiu, graças à aprovação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, com a aprovação por esta Assembleia de uma lei de desagramento fiscal.

Por último, para coroar esse processo lógico, o Governo Regional - aliás na sequência do que foi aprovado por este Parlamento, na Lei do Orçamento para o corrente ano, com os votos, é bom recordar, do PCP e do PS e com a abstenção das restantes forças partidárias - conforme dizia eu, também como tive oportunidade de confirmar nesta Assembleia, em Maio do corrente ano, apresentou uma proposta global sobre este assunto.

Depois de feitos os respectivos estudos, quer ao nível técnico-jurídico, quer ao nível administrativo, quer após a audição de diversas personalidades na matéria, que tinham alguma coisa a dizer sobre isso, ou pela sua especial ligação a organizações sindicais ou pela sua actividade profissional, nomeadamente ao nível jurídico ou nível económico, o Governo Regional entendeu que seria razoável, que seria uma boa solução nesta matéria apresentar uma proposta de acréscimo ao salário mínimo nacional.

Fizémo-lo com alguma coragem. Quero com isto dizer, que fizémo-lo depois de dialogar, depois de ouvirmos, nalguns casos, opiniões diversas e o Governo Regional, na altura que entendeu correcta, optou e decidiu.

É óbvio que quando se decide é natural que haja sempre quem tem opiniões diversas. Foi neste caso a posição da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, mas o Governo Regional neste aspecto sente-se perfeitamente à vontade, pois quando há que decidir e quem tem responsabilidade



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

democrática para decidir, em nome dos açorianos, deve ouvir as corporações, mas não se deve sentir pressionado por elas.

Foi isso que o Governo Regional fez e não pode deixar aqui de lembrar que optou e acarretou, como não podia deixar de ser, com essa responsabilidade política e não tentou, ao contrário do PSD, que não tem - repita-se - nenhuma proposta até este momento sobre esta matéria, ficando na retranca, na retaguarda, à espera de ver o que é que isto dava, para depois se atrelar àquilo que pudesse ser melhor, ou que tivesse melhores danos. Não foi essa a postura do Governo Regional.

O Governo Regional também não pode deixar de lembrar nesta Assembleia aquilo que algum debate parlamentar já provou, ou seja, o PSD teve grandes dúvidas nessa matéria, revelando aquilo que aliás é a sua principal preocupação, que não é fazer justiça social, não é compensar os trabalhadores, é delapidar o orçamento regional.

Chegou a anunciar, na comunicação social, esta coisa verdadeiramente fantástica, sob o ponto de vista jurídico, aliás, indo um pouco de encontro à linha de perfeição técnico-jurídica e de razoabilidade política que o PSD tem enveredado nos últimos tempos, que de uma forma perfeitamente - eu até me atreveria a dizer - estalinista, dizendo que ia estudar a hipótese, imagine-se, de pôr o orçamento regional a pagar este suplemento.

Da nossa parte estamos à vontade.

Façam favor de apresentar aquilo que vos apetecer. Eu já espero tudo desta AD retemperada e ainda não perdi a esperança de ver o Sr. Deputado Alvarino a defender o salário mínimo regional.

Façam favor de apresentar aquilo que vos der mais jeito. Façam favor de apresentar uma proposta para a Região e o orçamento pagarem o acréscimo ao salário mínimo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nós sabemos qual a razão que apresentamos esta proposta e assumimos essa responsabilidade.

Ficamos à espera da vossa reacção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria fazer uma intervenção séria sobre essa matéria, porque realmente acho que é uma matéria séria e vou ignorar as palavras finais do Sr. Secretário Francisco Coelho, pois realmente não contribuem de forma alguma para a dignidade dos nossos trabalhos e a seriedade das matérias que estamos aqui a discutir, demonstrando apenas que V. Ex^a. vem hoje dar alma àquilo desagradável que aconteceu ontem a Vs. Ex^{as}. nesta Assembleia.

Nós vemos cada coisa por si. Ontem a Assembleia tomou uma decisão histórica, hoje irá tomar outras e no final faremos o balanço para vermos qual o papel e a posição em que o Governo Regional ficará no meio de tudo isto.

Não vale a pena fazer insinuações. Eu parecia-me que essa matéria tinha ficado esclarecida ontem. Não meta aqui as AD's, as AD's com o PSD, com o PP. também com o PCP, pois nalguns casos teria que inventar uma nova sigla. Arranje uma sigla, repito, para o esforço que Vs. Ex^{as}. fizeram, durante esse tempo de aliciamento doutros partidos desta Assembleia, pois eu gostaria muito de saber que sigla é que ia ter.

Gostaria de saber se isso iria ter repercussões no orçamento regional.

A aliança que o Sr diz existir entre partidos da oposição, tem uma grande vantagem. Nenhum partido da oposição tem nada a oferecer ao outro do orçamento regional.

As alianças em que os Srs. entram, geralmente, custam caro aos açorianos.



Deputados José Maria Bairos e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos perante uma matéria muito complexa, em relação à qual, obviamente, o PP está de acordo com o seu objectivo final.

Sempre dissemos nesta Assembleia e temos repetido ao longo dos tempos que na nossa perspectiva incumbe ao Estado - repito, incumbe ao Estado e o Estado nos Açores é a Região - compensar os açorianos pelos custos da insularidade.

Uma das razões para termos autonomia regional é sobretudo para tratar desse aspecto específico dos açorianos.

É isso que acontece em relação a toda a reforma que envolve a adaptação fiscal na Região Autónoma dos Açores, a redução do IRS e do IRC, que para além de objectivos económicos, tem objectivos sociais, de compensação também dos custos de insularidade. Isso é feito obviamente à custa de redução de receitas, logo é feito à custa do orçamento da Região.

É isto que irá acontecer, ainda hoje, em relação à remuneração complementar que envolve a compensação dos funcionários públicos na Região Autónoma dos Açores, no sentido de lhes dar um complemento para compensar os custos da insularidade. Sai do orçamento do sector público da Região Autónoma dos Açores.

É isso que irá acontecer ainda hoje relativamente ao complemento das pensões. Vai sair do orçamento da Região Autónoma dos Açores um complemento, bem merecido, para os pensionistas da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, fica aqui fora deste quadro os funcionários do sector privado, que não pagam imposto ou pagam-no em menor escala, na medida em que aqueles



que pagam imposto do sector privado, estão em compensação decorrente da redução do IRS.

A questão que ponho logo à partida é, se é o Estado que compensa todos, ou quase todos, como é que vamos encontrar uma forma do estado compensar todos?

Nós, sempre defendemos que deveria ser através de uma redução no sistema da segurança social, nas taxas de compensação da segurança social. Foi essa a nossa perspectiva.

Aguardávamos serenamente o resultado do grupo de trabalho do Governo Regional.

Como é sabido essa solução não foi contemplada pelo grupo de trabalho. Que eu saiba não foi excluída, presumo, mesmo que tenha sido abordada e eventualmente estudada, espero eu.

Nós tínhamos uma proposta em carteira, de longa data, que entendemos não apresentá-la.

Estamos perante uma situação, de facto. Perante a situação, a proposta que temos em cima da mesa é a proposta do PCP. O Governo apresenta uma diferente que, no fundo, não acrescenta nada de substancial, pois limitou-se a reconhecer a justeza da proposta que tinha sido apresentada pelo PCP.

Gostaria de reflectir sobre o seguinte: mexer no salário mínimo é a solução apresentada. É um aspecto positivo, é uma maneira de compensar os trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo e os efeitos que daí irão decorrer em toda a grelha salarial no sector privado, inevitavelmente.

Primeira observação: todos nós assistimos, há bem poucos dias, à fundamentação que o Ministro Ferro Rodrigues, fez aquando da apresentação do aumento do salário mínimo nacional - aumento esse que não sei de cor, mas em percentagem não anda longe dos 4% - em que o Sr. Ministro dizia o



seguinte: "era intenção do Governo e intenção pessoal, e ninguém duvida, contemplar os trabalhadores do escalão mínimo da escala remuneratória neste país, com um salário mínimo mais substancial".

Lembrava ele que apenas 6% dos trabalhadores portugueses são remunerados com base no salário mínimo. Portanto, por aí não viria grande mal ao mundo. Mas também ele sabe que os efeitos na grelha salarial são lógicos e inevitáveis e então fundamentava o Sr. Ministro Ferro Rodrigues que a economia portuguesa, neste momento, não suportava um salário mínimo nacional, acima do acréscimo que foi definido para o país e, como bom economista que é, chamava a atenção para o seguinte, que é elementar: O Governo da República tinha sido muito prudente no estabelecimento desse "plafond" mínimo porquanto:

1º. Receava os impactos no emprego, pois havia uma grande meta nacional na estabilidade do emprego e portanto receava os efeitos que pudesse ter no desemprego;

2º. Era fundamental acautelar a competitividade no sector empresarial nacional

3º Importa impedir impactos imprevisíveis e demasiados na inflação.

Três "itens" que impediam o Governo da República de fixar para Portugal um salário mínimo superior àquele que foi fixado.

Pergunta lógica, pergunta natural:

Quem é que aqui dentro é capaz, sob o ponto de vista económico, de demonstrar que a Região Autónoma dos Açores tem uma capacidade económica, tem um tecido económico superior à média do país, capaz de suportar um salário mínimo regional, superior ao salário mínimo nacional?

Eu acredito que ninguém, no seu juízo, defende que a economia dos Açores...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Está a crescer bem!



O Orador: ... é mais forte em média que a economia nacional e é capaz de suportar um salário mínimo superior ao que é suportado a nível nacional, com os argumentos objectivos e credíveis que vos acabei de apresentar.

Por isso nós, Partido Popular, entendemos que realmente a medida em si é muito complexa.

Seria óptimo, e nós estávamos aqui de braços abertos, a apoiar uma solução que tivesse uma componente semelhante àquela que encontramos para todos os outros sectores, pensionistas, função pública, contribuintes.

Mas, diz o Governo que não é possível.

Sinceramente, também vos quero dizer aqui, que nós também aguardávamos que eventualmente os empresários da Região Autónoma dos Açores tivessem demonstrado que era possível, pois os empresários da Região Autónoma dos Açores são os primeiros interessados, porventura, no equilíbrio e na dotação da economia regional.

Mas, o PP confessa aqui que não vimos - ouviu protestos que são legítimos e que nós compreendemos à luz do que vos acabei de dizer - nem ouvimos uma fundamentação duma proposta que em parte era semelhante àquela que nós defendíamos politicamente nesta Assembleia.

Também não foram capazes no seio do grupo de trabalho, forçar o grupo de trabalho ou o Governo a fazer esse estudo de que falei.

Tive contactos com empresários, em sectores que considero chaves, do nosso modelo comercial e industrial e que me responderam com esta simplicidade que incomoda quem se preocupa com estas coisas, mas está nos livros e o Ministro Ferro Rodrigues bem sabe que está nos livros. A resposta foi esta: "no meu sector, nas minhas áreas de influência, tanto me faz pagar 63 ou 65 ou 62, a repercussão vai direitinha para o preço final, para o consumidor. Quem vai pagar o aumento dos custos salariais vai ser o consumidor."



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Perguntam: Isto é possível em todos os sectores? Não, não é possível em todos os sectores, em função do enquadramento, da concorrência, mas é possível em muitos e muitos sectores.

Terceira observação: Qual é o peso, de facto, do salário mínimo? O peso do salário mínimo, é mínimo. Se no país são 6 %, nos Açores - corrijam-me se não for verdade - já ouvi falar que será bem inferior.

Eu tenho consciência, e falo aqui a nível pessoal, não é um dado fundamentado, que se calhar alguns dos sectores que praticam o salário mínimo, são aqueles que eventualmente, moralmente, nem o deveriam praticar, porque muitos deles são os sectores mais subsidiados pelo orçamento regional.

Vejamos um exemplo, o turismo. Não será o turismo Srs. Deputados um dos sectores que mais salário mínimo paga, por exemplo, no serviço de apoio aos quartos?

O investimento no turismo na Região Autónoma dos Açores, de que este Governo tanto se gaba e nós aguardamos as repercussões, nalguns casos, em mais de 50%, é financiado por dinheiro público.

Talvez o Governo, ao financiar esses sectores em milhões e milhões pudesse também pedagogicamente - eu não quero ver o Governo a fixar tabelas - chamar a atenção de alguns desses empresários, que fazem um investimento de um milhão de contos e recebem de "mão beijada" seiscentos mil, por parte do Governo Regional.

(Apartes inaudíveis do Secretário da Economia).

O Orador: Quinhentos mil. O Sr. explique-nos o que é?

Secretário da Economia (Duarte Ponte): É 1% do empréstimo!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Para algumas coisas é 120, para outras é ler os jornais que é o contrário.

(Apartes inaudíveis do Secretário da Economia).

O Orador: Sr. Secretário a missiva é dirigida para si.

Para aqueles sectores, cujo investimento é altamente subsidiado, como incentivo na Região Autónoma dos Açores e que são prioritários, um apelo pedagógico: quando o Sr, chama a televisão para anunciar que deu mais 6 apoios a 6 empresários e quando diz que a economia dos Açores está na euforia do turismo, que há um vulcão de turismo, o Sr. lembre-se que o vulcão também poderia aumentar os salários, em vez de praticarem tanto salário mínimo.

É só isso, aproveitar a televisão, aproveitar os empresários e fazer essa pedagogia.

Era só isso que eu queria referir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É por esse conjunto de matérias e é tendo presente que já foi aqui dito pelo Governo - e acho que foi dito de forma séria - pois quando o Sr. Secretário Francisco Coelho diz que esta é uma medida corajosa, por parte do Governo, que apenas vem apoiar a medida, pois quem teve a coragem foi o Deputado Paulo Valadão e meses antes dos Srs., mas pronto os Srs. tiveram a coragem de dizer que estavam de acordo com a proposta do Deputado Paulo Valadão, então eu reconheço pelo melindre da matéria, é uma das formas, as outras se calhar não foram estudadas, a sua incapacidade de ter arranjado uma proposta melhor.

Pensamos. Ponderamos mas não apresentamos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não vimos ainda nenhuma melhor, temos receios dos impactos dessa Proposta na inflação.

O PP sobre essa matéria vai-se abster. É uma questão de princípio, acho que está fundamentado por aquilo que acabei de dizer.

Também vos quero dizer que o PP abstém-se, porque está garantida a sua aprovação.

Os Srs. vão votar a favor da proposta do PCP. O PSD já disse que vai votar a favor da proposta do PCP. O PP também podia votar a favor desta proposta, mas neste caso, em absoluto, quando há unanimidade ou maioria, o papel do PP aqui é um papel menos relevante, só que no caso em apreço, entendemos, por todo este conjunto de razões que nos vamos abster.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*):

Isso chama-se falta de coerência!

O Orador: Não se chama nada, eu depois explico ao Sr. Secretário.

Os senhores já nos pediram para nos abstermos aqui para as vossas coisas passarem.

Já não se lembram?

Muito obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa (*PS*): Eles é que prometeram aos eleitores!

Deputado João Cunha (*PSD*): Não, os Srs. é que prometeram!

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É efectivamente para esclarecer alguns reptos e algumas questões que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro lançou.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em primeiro lugar, há aqui - é preciso dizê-lo desde já, aliás é coerente de parte a parte - uma posição de princípio político perfeitamente diferente entre o Governo e o PP.

O PP entende que, e usando a terminologia que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro usou ontem, estas questões mais de assistência, deviam caber aos orçamentos, quer seja do orçamento do estado quer seja do orçamento regional. É uma questão de princípio, embora esse princípio, permita-me que lhe diga Sr. Deputado, deixa-me algumas dúvidas sobretudo atendendo aquilo que foi o seu discurso de ontem, ou seja, eu fico com sérias dúvidas como é que nós poderíamos levar, se porventura fosse essa a ideia, a sua lógica até ao fim.

V. Ex^a. defendeu ontem uma redução fiscal e mais do que isso mostrou claramente, quer pelo que disse, quer pelo estilo que usou, uma postura de redução fiscal e que o imposto é um sacrifício que se saca aos cidadãos e às empresas. Ora bem, uma postura minimalista ao nível fiscal. Eu não percebo como é que afinal poderíamos, Sr. Deputado, pôr um orçamento de estado ou da Região a pagar tudo, nomeadamente a pagar isto.

Isto ao nível da postura o Governo Regional obviamente tem uma ideia diferente. O Governo Regional entende que ao seu nível todos são responsáveis e embora mereçam apoio ao nível de infraestruturas, ao nível do próprio quadro legal, os empresários e as empresas têm a sua autonomia. Portanto, nós não podemos aceitar essa autonomia quando se trata de não lhe dar qualquer tipo de responsabilidade e, por outro lado, aceitarmos ao nível dos incentivos.

Vou dizer de uma forma talvez mais simples, ou seja, não é possível socializar os prejuízos e privatizar os lucros, portanto a autonomia se existe terá que existir em todos os sentidos, para o bom e para o mal.



Portanto, a nossa postura é esta.

Gostava ainda de dizer e de esclarecer, como já tive oportunidade de dizer nesta Assembleia, nomeadamente quando em Junho esta questão - por via da única proposta existente, do PCP - foi aqui levantada, o Governo ainda tinha na altura essa questão em estudo.

Uma das coisas que efectivamente nós encarámos, isso é público, foi a possibilidade de se reduzir, eventualmente, as taxas pagas pelos trabalhadores para a segurança social e dessa forma compensar esse tipo de trabalhadores.

É verdade que nós falámos nisso e é verdade que nós estudámos isso, embora tendo estudado isso sobre todas as vertentes, sobre o ponto de vista, desde logo jurídico, sobre o ponto de vista prático, para sabermos o que é isto poderia significar.

Desde logo, Sr. Deputado, sobre o ponto de vista jurídico, chegámos à conclusão que se conjugarmos a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, com alguns princípios da Lei Geral Tributária, isso seria, digamos assim, um benefício fiscal que está fora da competência deste órgão e deste Parlamento. Portanto desde logo aí tínhamos um problema.

Também, acelerámos a questão e chegámos mais ou menos à conclusão que ao nível administrativo esta solução dificilmente seria operacionalizada.

Assim, se pensarmos, ao nível...

Deputada Berta Cabral (PSD): Depende da forma!

O Orador: Não é a única Sra. Deputada, é mais esta, porque ao nível jurídico também existem essas dificuldades.

Deputada Berta Cabral (PSD): Depende da forma!

O Orador: Os trabalhadores que têm rendimentos mais baixos, nomeadamente ao nível do salário mínimo ou pouco superior, se pensarmos naquilo que efectivamente ao nível absoluto eles pagam de taxa social única,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

uma redução para ser minimamente significativa, é praticamente impossível, pois nalguns casos teria que ir eventualmente, e não seria se calhar suficiente, à isenção total.

Sob esse ponto de vista, deparamos com dificuldades jurídicas e com dificuldades práticas.

É evidente que o Governo Regional nem considerou, porque não faziamos ser claros e vamos ser sérios no mínimo - sentido, considerar qualquer coisa do género. O Governo Regional paga através da segurança social aos empresários para terem trabalhadores.

Isso, desde logo, viola aquilo que a constituição põe ao serviço da segurança social ...

Presidente: Sr. Secretário Regional, peço-lhe que termine, porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

... e não faria minimamente sentido quer ao nível jurídico, quer ao nível político.

Para terminar Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu percebo e sou capaz de respeitar as preocupações que V. Ex^a. colocou ao nível da viabilidade das empresas.

Contudo, nesse aspecto não lhe posso perdoar uma coisa, ou seja, penso que V. Ex^a. deveria ter, até como cidadão que paga impostos, o mesmo tipo de preocupações, que não tem relativamente à Região enquanto entidade.

Repare V. Ex^a., Sr. Deputado, se faz algum sentido, ao nível dos princípios e ao nível da discussão, V. Ex^a. colocar a dúvida, até que ponto podem os empresários da Região, pagar mais que os empresários do continente.

Eu não vi infelizmente - e atreveria-me a dizer, antes pelo contrário - as preocupações de V. Ex^a. relativamente ao orçamento duma Região, que é



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

pobre como a nossa, enquanto temos aumentos de 400, 500, 1.000 escudos, ao nível por exemplo das pensões. Eu desconfio que a esse nível, V. Ex^a. e o PSD não vão ter esse tipo de preocupações.

Acho, que no mínimo, é incoerente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral, para prestar esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Apenas uma questão que não me respondeu e que eu considero que não ficou respondida agora nesta última intervenção.

Eu perguntei-lhe concretamente quais foram as diligências feitas junto do Governo da República, para que a taxa social única fosse reduzida nos Açores, para que assim compensasse os empresários que tinham salários mínimos para pagar o respectivo acréscimo.

Fez também uma observação: "uma Região pobre como a nossa". Ora, devo dizer-lhe "uma Região pobre como a nossa", tem muito por onde economizar, porque a verdade é que ela é pobre, mas faz vida de rica.

Deputados Jorge Valadão (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Observou ainda que o que nós queríamos era privatizar os lucros e nacionalizar os prejuízos.

Devo dizer-lhe Sr. Secretário que o Sr. pensa uma coisa, mas faz outra.

Quando não aceita a redução do IRS está a nacionalizar lucros.

Quando administrativamente acresce o salário mínimo, o IRC, está a privatizar os prejuízos. Essa é que é a questão, porque de facto a redução de 30% do IRC foi votada com os votos contra do PS.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu para além de prestar esclarecimentos Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral, também creio que não percebi bem, desde logo, a primeira questão que a Sra. Deputada colocou, ou seja, eu não percebi bem que diligência seria essa de redução da taxa social única, junto da Assembleia da República...

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Não! Não! Junto do Governo da República!

O Orador: ... ou do Governo da República.

Não foi isso que o Governo Regional disse que ia fazer e que ia estudar.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Mas era isso que tinha que fazer!

O Orador: Já chegaremos lá.

Por acaso, até há muito pouco tempo, nem o Governo da República, à semelhança deste, tinha maioria na Assembleia e talvez também o PSD pudesse, pelas vias próprias, fazer essa diligência junto do Parlamento Nacional.

Há uma questão que me parece importante esclarecer. Eu não disse que Vs. Ex^{as} queriam socializar os prejuízos e privatizar os lucros, embora me pareça também extremamente importante, nós todos que aqui estamos, percebermos uma coisa, ou seja, nós temos aqui uma posição do PP, mas justiça seja feita o PP, não está sozinho nesta matéria, tem pelo menos a Sra. Deputada Berta Cabral e uma parte do PSD, que de coração estão a seu lado nesta questão.

É bom que isso fique claro e é bom que os açorianos tenham consciência disso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O que eu disse Sra. Deputada foi que a iniciativa privada pela sua lógica, pela sua autonomia, pelo seu respeito, tem que ser total...

Deputada Berta Cabral (PSD): Se é total não interfere administrativamente!

O Orador: ... ou seja, se há autonomia isso tem de acontecer em todas as vertentes e não só sobre as vertentes que propriamente dêem lucro ou sejam favoráveis.

Era apenas isto.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral, para mais esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

É só para acentuar esta contradição, isto é, não pode dizer que tem autonomia e automaticamente intervir administrativamente, fixando um acréscimo.

Isto é só para acentuar a contradição do raciocínio. É a única coisa que eu pretendo com isto, porque já disse qual era o sentido de voto do PSD.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:

Penso que não há grande interesse nem grandes novidades em prolongar este debate.

Eu queria apenas chamar a atenção para uma coisa Sra. Deputada, ou seja, para o facto do último raciocínio que utilizou ao levar ao extremo. Nós vamos recuar cem anos e vamos discutir se faz sentido, ou não, haver salário mínimo, já não digo regional.

Talvez seja melhor ficarmos por aqui.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta oportunidade de ter direito de fazer uma segunda intervenção para fazer aquilo que eu considero ser necessário clarificar nesta discussão.

O primeiro aspecto a clarificar é que nós temos apenas um Projecto de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Um Projecto do PCP, que deu entrada nos serviços desta Assembleia no dia 24 de Fevereiro passado, aliás em consequência e como repetição de projectos já vindos do passado, pois esta é a quarta cópia dos anteriores.

Este é o primeiro aspecto.

Segundo aspecto: há uma Proposta do Governo, entrada nos serviços da Assembleia no dia 25 de Outubro. As duas versam a mesma coisa, ou seja, um acréscimo ao salário mínimo nacional e as duas estipulam que esse acréscimo é exactamente de 5%. Portanto, em conceitos são as duas exactamente iguais.

No entanto, nós verificamos que o Sr. Secretário Regional traz à colação o problema de haver um acréscimo através da Segurança Social, e aqui desculpe que lhe diga, mas dá-me a impressão que perante a perspectiva de ver aprovado aquilo que até o Sr. propôs, parece-me que se arrependeu, porque efectivamente nos serviços da Assembleia, não entraram, que se saiba, nenhum outro projecto, nem do PP, nem do PSD, nem do Governo, no sentido de que haja uma compensação aos trabalhadores que menos ganham, através de transferências da segurança social. Esta é a realidade.

Por isso mesmo, o que está em cima da mesa não é sabermos se por um lado a compensação ou o acréscimo irá ser dado via segurança social, porque



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

ninguém apresentou essa proposta e, por outro lado, a realidade é que existem duas propostas no mesmo sentido.

Perante os factos e perante a discussão que aqui tivemos, aliás da parte do Governo e do Grupo Parlamentar do PS, não fazia sentido que dissesse senão isto, porque tem uma proposta de 5%, como evidentemente o PCP nada teria a dizer em relação ao apoio a este conceito, porque há muito tempo que vem a bater-se por estes 5%.

Há uma novidade, essa sim importante em nosso entender, é que os partidos que teriam desejo de se encontrarem outros aspectos, como bem disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, não foram capazes, ou não conseguiram apresentar uma solução diferente, aliás a Sra. Deputada Berta Cabral refere, e muito bem, as grandes dificuldades que seria através das transferências da segurança social.

É esta a realidade. Portanto a realidade que nós temos são duas propostas exactamente iguais que pretendem dar um acréscimo ao salário mínimo nacional, aos trabalhadores que menos ganham nesta Região.

Da nossa parte, neste momento, sentimo-nos perfeitamente satisfeitos, pelo facto de estarem criadas aqui hoje condições de, finalmente, os trabalhadores que menos ganham, que têm salário mínimo nacional, poderem ter um acréscimo nesta Região de 5%, pelo facto de viverem numa Região com o nível de vida superior aquilo que se passa no todo nacional.

Para nós é importantíssimo que se possa chegar a este desidrato sem que haja nenhum voto contra neste Parlamento.

Isto para nós é que é fundamental.

O facto de chegarmos a este desidrato, é suficiente para considerarmos que da nossa parte este assunto está discutido e em condições de efectivamente estes



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

trabalhadores que são os mais humildes, que são os que têm piores condições de vida desta Região, possam ter um pouco mais.

É muito pouco, também sempre o dissemos, em todos os nossos projectos o afirmámos, mas foi aquilo que nós considerámos que era realista e que era possível no conjunto da economia desta Região Autónoma, por isso mesmo da nossa parte consideramos que chegou a hora de se fazer justiça neste capítulo e neste aspecto desta Região.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação, na generalidade, o diploma apresentado pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam os favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação, na generalidade, o diploma apresentado pelo Governo, na parte correspondente à matéria em discussão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam os favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do CDS/PP

Presidente: Agora de acordo com o nosso Regimento temos de decidir qual o diploma que passa à discussão na especialidade.

Portanto, vamos fazer uma votação para decidir que diploma é que passa à especialidade e vou pôr essa votação de acordo com a entrada.

Em primeiro lugar vou pôr à votação o diploma apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão do diploma na generalidade.

Está aberta a discussão para o art.º 1.º..

(Pausa)

Não havendo intervenções vou pô-lo à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam os favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 1.º foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do CDS/PP

Presidente: O artigo 2.º tem uma proposta alternativa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para apresentá-la.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando nós apresentámos este projecto estávamos convencidos que ia ser possível a sua discussão aqui muito mais cedo do que na realidade foi. Por isso mesmo, e como já na altura também tinha havido publicação de legislação sobre a adaptação fiscal, entendíamos que os seus efeitos deveriam ser a partir da sua publicação.

No entanto, dado o momento em que está a ser discutido, quase no fim do ano e dada a necessidade, em nosso entender de que ele produza efeitos a partir do próximo ano, a nossa proposta é no sentido de que a sua entrada em vigor se faça a partir de Janeiro do ano 2000.

Presidente: Vou pôr à votação a proposta de alteração do art.º 2.º.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado em votação final global com 23 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do CDS/PP

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Política Geral para redacção final.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito rápida para dizer que o Grupo Parlamentar do PS, congratula-se por ter sido fixado um salário mínimo na Região que tem agora um valor que, se não estou em erro, deve andar à volta do 67.000\$00.

Não é muito, mas é realista e é possível.

Faço lembrar ainda esta Câmara que também é possível, porque existem hoje condições na economia açoriana, condições políticas diferentes daquelas que vigoraram durante 20 anos nesta Região Autónoma, ou seja, este acréscimo ao salário mínimo nacional não poderá, para a história, ficar dissociado desta governação do PS, desta nova autonomia na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Da nossa parte, consideramos que começamos a fazer justiça remuneratória com esta aprovação.

Pensamos que temos todas as condições e todas as possibilidades de continuarmos a fazer justiça remuneratória, porque efectivamente só quando compensarmos aqueles que menos ganham, aqueles que não recebem benefícios com as reduções fiscais, aí sim estamos a completar o edifício legislativo necessário para esta Região, o edifício legislativo que contribui para que alguma justiça seja efectivamente implementada naquelas pessoas que vivendo nesta Região são aqueles que mais necessitam dessa justiça.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da nossa intervenção, julgamos que ficou claro perante este Parlamento, que o Grupo Parlamentar do PP considerava indispensável que houvesse uma compensação para os trabalhadores do sector privado, na medida em que há um pacote de compensações que vão desde as reduções do IRS, passando pela remuneração complementar para a função pública e pelo acréscimo de pensões na Região Autónoma dos Açores. Ficavam de fora aqueles que no sector privado têm os vencimentos mais baixos.

Acreditávamos e defendemos, ao longo dos tempos, que seria possível e desejável uma solução que partisse duma redução dos descontos para a segurança social.

Como também aqui foi referido, a própria administração regional, estudou a matéria, foi considerada a impossibilidade da concretização desta via, na nossa óptica a mais justa, para compensar aqueles trabalhadores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Daí, que com os justificados e fundamentados receios de que a economia açoriana não é objectivamente mais forte que a economia nacional e na expectativa de que as empresas dos Açores apesar de tudo, possam fazer um esforço para dar uma resposta a esses acréscimos dos custos salariais sem repercutirem demasiado estes aumentos de custos, nomeadamente nos preços e também acreditando que não possa haver impacto relevante no desemprego por via dessa medida, o PP, coerentemente, absteve-se relativamente à proposta apresentada pelo PCP, com a convicção e a expectativa de que aqueles que vão ser agora beneficiados, o são justamente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão(PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD também se associa e congratula-se pelo facto desta Assembleia ter aprovado o diploma em análise.

É uma decisão histórica e ficará como uma das decisões importantes deste Parlamento.

Queria recordar, ao invés do Sr. Deputado Fernando Menezes, que essa decisão não se deve à nova autonomia, mas sim à composição deste Parlamento. É à sua posição responsável, à sua posição crítica que se deve a aprovação dum documento desta natureza e é prova disso que o próprio PS, que faz tantas críticas à postura da oposição, acabou por aprovar uma proposta do próprio PCP.

Deputado Dionísio Sousa(PS): Isso é um sinal da nova autonomia!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Foram precisos 20 anos!

O Orador: É nesse sentido que nos congratulamos e devemos realçar que o Governo não se pode apropriar, como muitas vezes faz, de decisões



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

importantes, de decisões que visam uma justiça social na nossa sociedade. O Governo não se pode apropriar de decisões que competem e que são da responsabilidade desta Assembleia.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito bem!*